Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 106, nº 7-12, julho-dezembro/1988, pp. 31-53

ELEMENTOS PARA UM ESTUDO DA INTERVENÇÃO PORTUGUESA NO PRATA (1811-1812, 1816-1824)

EMBAIXADOR CARLOS FERNANDES

1 — O Uruguay é hoje o país mais pacífico da América do sul. No entanto, nem sempre assim aconteceu, havendo sido teatro de lutas intermináveis até princípios deste século.

Às pretensões espanholas e portuguesas, quanto ao território oriental, juntavam-se os dissídios entre diferentes grupos e personalidades orientais no sentido de uma chefia que se mostrava artificial, por falta de base popular, causando uma situação de instabilidade permanente. Foi longa e sangrenta a formação nacional do Uruguay. E pode dizer-se com seguridade que foi com a morte de Aparicio Saravia e consequente e incontestado triunfo do Partido Colorado que os orientais deixaram de se destruir mutuamente.

Após mais de meio século de Governo, o partido colorado continua sendo o responsável pelos destinos do Uruguay, embora dividido já em várias facções e demonstrando evidentes sinais de esgotamente [1].

2 — Os portugueses, descoberto o Brasil, como era natural e de acordo com a prática seguida, foram explorando a costa para o sul e, segundo uma publicação recente, chegaram depressa à foz do Prata, a qual aparece desenhada num mapa de 1504, atribuído a Vespucio. Seria, portanto, legítima, com base na descoberta, abstraindo de outros argumentos em pró ou contra, a pretensão de Portugal com referência ao território oriental.

---

[1] No momento em que se está fazendo esta publicação, está já no poder o Partido Blanco (desde 1989).

3 — O território ocupado hoje por cerca de dois milhões e meio de orientais, e abrangendo uma superfície de mais de duas vezes a de Portugal continental, mostrou-se de difícil ocupação europeia. Das quatro tribos que o povoaram, os charrúas constituiam a mais viril e menos acessível à penetração branca. Quer os Chanás, quer os Yaros, quer os Bohanes formavam tribos pacíficas, sem grandes qualidades ou tendências guerreiras. Os Charrúas porém, eram um exército em permanente pé de guerra, sempre pronto a dar combate, quer defensivo queer ofensivo, causando grandes desastres aos conquistadores que se aventuravam a invadir seus domínios. Com razão Zorrilla de San Martín cantou em «Tabaré» a morte do último charrúa.

Desde a primeira expedição espanhola à América do Sul — a de João Dias de Solis, em 1515 —, os navegadores do país vizinho tentaram submeter os Charrúas que, desde o início, se mostravam de uma hostilidade assombrosa. Porém, os resultados não foram brilhantes: a tentativa do próprio Solis e companheiros custou-lhes a vida; o capitão Juan Romero, enviado por Irala (então Governador do Paraguai), tentou fixar-se junto do arroio S. Juan, mas, por pouco tempo, pois os Charrúas depressa o obrigaram a partir; Juan Ortiz de Zárate (o 3.º Adelantado de Espanha) sofreu uma tremenda derrota. Foi João de Garay quem conseguiu derrotar os Charrúas pela primeira vez, tendo perecido em combate o grande chefe charrúa Zapicán e seus adjuntos Tabola e Yamandú. Só depois da vitória de Garay pôde Ortiz de Zárate fixar-se por algum tempo junto do Rio S. Salvador.

4 — Em princípios do século XVII, Hernandárias (Hernando Arias de Saavedra, Governador do Paraguai) efectua uma expedição a território oriental, provocando os Charrúas; foi tal o desastre que, segundo refere Lozano, o único espanhol que escapou foi o proprio Hernandárias que fugui a cavalo, tendo seus companheiros sido mortos, feridos ou feitos prisioneiros pelos Charrúas. Foi então que Hernandárias, americano de nascimento, compreendeu não ser empresa fácil conquistar os Gharrúas pela força e, por isso, dirigiu-se ao Rei pedindo o emprego de missionários, ao mesmo tempo que propunha a divisão do Governo do Paraguai em dois governos distintos: um, continuando com sede em Assunção, outro, que abrangeria os territórios da margem esquerda do Uruguai, ou território oriental, com sede em Buenos Aires; ambos dependiam do Vice-Rei do Peru, mas, frequentemente,recebiam ordens directas do Rei de Espanha. Logo em 1617, as Cortes espanholas deram cabal satisfação às duas propostas de Hernandárias.

Em 1624, com a vinda de franciscanos e, depois, de jesuítas, começa a submissão pacífica dos Índios, havendo sido fácil submeter os Chanás, Yaros e Bhoanes; os Chanás continuavam irredutíveis, retirando-se para norte, à medida que se acentuava a penetração europeia. Funda-se Soriano, centro de expansão católica e de penetração em território oriental. Nesta da inicia-se a criação de gado em território oriental, tendo sido em êxito. Durante fins do século XVII o território oriental era já universalmente cubiçado devido à sua riquesa animal — interessava sobretudo a indústria de coiros, em cujo comércio se notabilizou o pirata francês Estevão Moreau.

5 — Durante o domínio filipino, Portugal não pôde senão assistirà penetração espanhola em território oriental. Porém, alcançada e consolidada a Restauração, Portugal volta a discutir as pretensões de Espanha quanto ao territorio oriental e, entre outras iniciativas, ordena-se a Manuel Lobo que funde Colónia do Sacramento (1680), na margem esquerda do Prata e em frente de Buenos Aires. O Governador portenho não se conformou e, não conseguindo vencer os portugueses em combate, mandou cercar a fortaleza, obrigando-os a render-se pela fome. No entanto, em 1683, Colónia do Sacramento era confiada de novo a Portugal. Em 1705, a guerra entre Portugal e Espanha levou o Governador de Buenos Aires a tomar posse de Colónia, mas, efectuada a paz na Europa, Colónia volta ao domínio português (1716). Em 1750, pelo Tratado de Madrid, rectificavam-se os acordos anteriores sobre fronteiras e Portugal cedia Colónia à Espanha, ficando, porém, a pertencer-lhe as Missões. Este acordo não passou do papel, e Portugal continuou de posse de Colónia. Em 1762, desencadeada de novo a guerra entre Portugal e Espanha, o Governador de Buenos Aires volta a tomar Colónia que, el 1763, feitas as pazes na Europa, voltava a Portugal. Em 1777, Cevallos, 1.º Vice-Rei do Rio da Prata — o Vice-Reinado foi constituido em 1776 — ,toma Colónia, destruindo as suas muralhas, e, pelo Tratado de Santo Ildefonso [2] (1777), Colónia era definitivamente confiada a Espanha. Portugal perdia, assim, o que hoje é a melhor recordação do domínio português em território oriental. Colónia foi objecto de muitas discórdias [3] e negociações entre Portugal e Espanha e, mesmo quando a sorte das armas nos foi adversa,a diplomacia portuguesa mostrou-se sempre capaz de fazer vingar os direitos portugueses àquela estratégica praça; isto é motivo de admiração geral por parte dos uruguaios.

6 — Com um sentido exacto da geografia, os portugueses verificaram o valor estratégico da baía de Montevideu e tentaram fixar-se, começando a construir uma fortaleza (Novembro de 1723). O Governador do Rio da Prata, Zabala, apenas teve notícia de que os portugueses se haviam instalado em Montevideu, decidiu-se a atacar as posições lusitanas, por terra e por mar. Perante esta ameaça, os portugueses sob o comando de Freitas da Fonseca, retiraram-se, deixando a Zabala a glória de fundar a cidade de S. Filipe de Montevideu, onde, utilizando os redutos Lusitanos, constituiu um forte (1724). Em 1725, o Rei de Espanha aprovara a actuação de Zabala e ordenava-lhe que povoasse Montevideu e Maldonado, outra enseada antes ocupada pelos portugueses e porto donde, em 1824, embarcariam, a caminho da Pátria, as tropas de ocupação que se mantiveram fieis a Portugal, em face da atitude de Lecor em favor do Brasil.

[2] OTratado de 1 de Outubro de 1777 era um tratado preliminar de limites. O Tratado do Pardo (11 de Março de 1778) foi o tratado definitivo de paz.

[3] No artigo 3.º do Tratado de Santo Ildefonso diz-se: «Como um dos principais motivos das discordias ocorridas entre as duas Coroas tem sido o estabelecimento Português da Colónia do Sacramento, Ilha de S. Gabriel e outros portos e territoriós que se têm pretendido por aquela nação na margem septentrional do Rio da Prata, fazendo comum com os Hespanhoes a navegação deste, a ainda a do Uruguay; convieram os dois Altos Contratantes,...».

7 — A penetração portuguesa em território oriental, sobretudo ao norte, era grande, mesmo além das Missões. Ainda hoje estão em mãos de descendentes de portugueses quase todas as grandes herdades, ao longo da actual fronteira com o Brasil, penetrando, em profundidade, até Paysandú e Salto. Era, aliás, natural, uma vez que o território oriental se apresenta, geograficamente, como o prolongamente do Rio Grande do Sul, sendo o Uruguai e o Prata a fronteira natural do Brasil. Não foi, portante, só em Colónia, na ilha de S. Gabriel, em Maldonado, Punta del Este, Ilha dos Lobos, etc., que a presença portuguesa se fêz sentir de forma indelével. Daqui a dificuldade em convencer os portugueses a renunciar, em favor da Espanha, a um território a que já se encontravam apegados, tanto mais que nos entendíamos bastante bem com os Índios.

Assim, logo em 1801, perante os acordos vergonhosos celebrados entre Carlos IV e Napoleão ácerca de Portugal, e consequente invasão de Portugal pelos Espanhois, os portugueses ocuparam imediatamente as Missões.

8 — As invasões napoleónicas e consequente dominação da Espanha vieram criar inúmeros e grandes problemas no Rio da Prata, trazendo também os seus benefícios. Os ingleses, comandados por Beresford, desembarcaram cerca de Buenos Aires, em 1806, tomando a cidade, sem sequer disparar um tiro. Porém, em Montevideu organizou-se a reconquista de Buenos Aires, levada a cabo a 12 de Agosto do mesmo ano. Mas, logo em Outubro, os ingleses desembarcavam em Maldonado, em território oriental, preparando-se para tomarem Montevideu e Buenos Aires. Montevideu caiu em mãos de Auchmuty, a 3 de Fevereiro de 1807 e, pouco tempo depois, Colónia. Sob o comando de Whitelocke, os ingleses atacam Buenos Aires mas, devido à resistência local e ao facto de Whitelocke haver mostrado ser muito menos hábil general que Beresford e Auchmuty, sofreram uma apreciável derrota, a ponto de entrarem em negociações: os ingleses entregariam Montevideu e prometiam deixar em paz o Rio da Prata, enquanto Buenos Aires entregaria prisioneiros e armas.

O Vice-Rei do Rio de Prata nomeou então Francisco Xavier de Elío governador de Montevideu, sendo a partir desta data, e por virtude das invasões inglesas, que a cidade tomou um grande incremento industrial e comercial, aumentando muito em população. Porém, devido ao comportamento do Vice-Rei Sombremonte durante as invasões inglesas (havia fugido, cobardemente), Buenos Aires procedeu à eleição de novo Vice-Rei, na pessoa do General Santiago Liniers (francês de origem, ao serviço de Espanha e herói indiscutido da reconquistade Buenos Aires). Xavier Elio, contudo, não se mostrou disposto a aceitar a autoridade de Liniers, com o fundamento de que, sendo francês e estando a Espanha à mercê de Napoleão, não merecia confiança, aventando mesmo provas da sua conivência com Napoleão. A esta atitude de Elío, Liniers respondeu com a sua destituição de Governador de Montevideu, alegando que este estava combinando com a Corte portuguesa a independência. Esta medida, pouco prudente, originou grande excitação em Montevideu, cujo povo, reunido em Cabildo aberto, decidiu desrespeitar a ordem de Liniers organizando uma junta de Governo, sob a chefia do próprio Elío, e consequente rompimento com Buenos Aires. Daqui nasceu a rivalidade entre Montevideu e Buenos Aires, aprofundando os desejos separatistas que não mais se

apagaram. É este o período a que se tem chamado de decomposição colonial ou preliminar da independência.

9 — A dominação de Espanha por Napoleão e o facto de os nativos não se consideram tratados em regime de igualdade com os espanhois, levou à Revolução de Maio (25 de Maio de 1810) em Buenos Aires e à deposição do Vice-Rei Cisneros, formando-se uma junta revolucionária para conduzir os destinos do Prata, embora não esteja provado que a Junta considerasse a independência como um dos seus objectivos imediatos. A notícia depressa chegou a Montevideu, onde tropas se levantaram contra o Governador, pretendendo imitar Buenos Aires, todavia sem resultado.

A Junta de Buenos Aires comunica a sua constituição a Montevideu e envia emissários, pedindo o seu reconhecimento e obediência. O povo, reunido de novo em Cabildo aberto, resolveu não reconhecer a junta revolunária, desconfiado de «miras políticas avançadas». Tudo isto acentuava a separação de Montevideu e Buenos Aires.

Restablecidas as Cortes em Espanha, foi enviado como Vice-Rei ao Prata Francisco Xavier Elío (então em Espanha e até há pouco tempo Governador de Montevideu), fixando a sede em Montevideu. Elío tentou convencer a junta de Buenos Aires a reconhecê-lo como Vice Rei e jurar as Cortes, de novo em funcionamento. Tudo inútil. Entretanto, Elío prepara-se para a guerra, ao mesmo tempo que manda encarcerar em Montevideu ou deportar alguns destacados defensores da liberdade, como v. gr. Lucas Obes, que foi enviado a Havana. Estas medidas provocaram forte reacção entre os orientais que, anos antes, haviam mostrado, como vimos, a sua indiscutível simpatia por Elío. José Artigas, capitão de Blandengues, adere à causa revolucionária, conseguindo passar de Colónia a Buenos Aires, em 2 de Fevereiro de 1811. Em 28 do mesmo mês, um grupo chefiado por Pedro Viera, aos gritos de liberdade, revolta-se abertamente contra o Vice-Rei, obtendo imediatos triunfos, pois, em poucos dias, conseguia levantamentos em quase todo o território. Perante esta situação propícia, Artigas regressa de Buenos Aires a junta aos revolucionários a sua experiência militar e as suas extaordinárias qualidades de caudilho.

A Junta de Buenos Aires envia aos revoltosos o general Belgrano, criador da bandeira argentina, a fim de dirigir as operações contra os espanhois que, à chegada de Belgrano, apenas ocupavam Montevideu e Colónia. Rondeau substituiu, depois, Belgrano, continuando os revoltosos a caminho do triunfo. Em 18 Maio de 1811, José Artigas consegue infligir aos espanhois, que haviam saído de Montevideu para o atacar, uma completa derrota em Las Piedras. Rondeau, logo que teve notícia da vitória, apressou-se a cercar a praça de Montevideu, juntamente com Artigas. Colónia cai em poder dos revoltosos pouco tempo depois, ficando os espanhois reduzidos a Montevideu.

10 — Elío, vendo as dificuldades em que se encontrava, havia, entretanto, pedido o auxílio português. Começa, assim, uma nova e decisiva fase de intervenção portuguesa no Prata.

As tropas portuguesas, bem disciplinadas, depressa estabeleceram a ordem em todo o território oriental, onde permaneceram desde Outubro de 1811 até Agosto de 1812. O

Governo de Buenos Aires, perante a enérgica intervenção portuguesa, negociou as pazes com Elío e reconhecia a autoridade de Fernando VII; por esse tratado, os portugueses deviam retirar-se tão pronto quanto possível.

Porém, Artigas, não conforme com a decisão da Junta Revolucionária, recusou-se à submissão e, percorrendo todo o território oriental e atravessando o Uruguai, estabeleceu-se, com os seus homens, junto do Ayuí, em território argentino. A esta retirada de Artigas, que conseguiu de novo exaltar os ânimos dos habitantes do campo, chamam os uruguaios o EXODO do povo oriental, sendo também a razão justificada, pela qual as tropas portuguesas não se retiraram imediatamente para o Brasil, só o fazendo depois de pacificarem todo o território oriental e de se haver chegado a acordo com o Governo de Buenos Aires nesse sentido (entretanto, Elío, em Novembro de 1811, havia extinguindo o Vice-Reinado do Prata, embarcando em seguida para Espanha e deixando Vigodet na qualidade de Governador).

Contudo, depressa voltou a guerra aos campos orientais. O Governo de Buenos Aires ordenou a Rondeau que sitiasse Montevideu, depois de se haver sublevado de novo o campo. Depois de baterem os espanhois em Cerrito, as tropas de Rondeau foram acrescidas das forças de Artigas que, atravessando de novo Uruguai, vinham juntar-se ao novo cerco de Montevideu, embora, politicamente, as ideias e aspirações de Artigas não coincidissem já com as do Governo de Buenos Aires — Artigas desejava um governo autónomo para os orientais, embora integrado nas Províncias Unidas do Prata; estas ideias, e mesmo a da independência destas colónias, deviam ser apresentadas ao congresso de Buenos Aires, em 1813, pelos delegados orientais, sob instruções de Artigas; os delegados não foram, contudo, reconhecidos em Buenos Aires, com base na ilegalidade da sua eleição. Nova eleição, apesar de orientada por Rondeau e não por Artigas , não deu melhores frutos, pois os novos delegados também não foram aceites em Buenos Aires. Esta atitude levou Artigas a um rompimento maior com Buenos Aires e, em 20 de janeiro de 1814, retirava-se do cerco de Montevideu, acompanhado das suas tropas. Com consequência, o Governo de Buenos Aires declarava-o traidor e punha sua cabeça a preço. Artigas respondeu com a guerra civil.

Entretanto, o inglês Brown, ao serviço de Buenos Aires, derrotava a esquadra espanhola em frente de Montevideu; por outro lado, Rondeau era substituído por Alvear que, brevemente, entraria na cidade. Vigodet e outros espanhois foram obrigados a partir.

Começa agora, sob a inspiração de Artigas e coadjuvado por Rivera, o período de maior crise interna em todo o território oriental, que a história havia de destinar para teatro de tantas lutas intestinas.

11 — Várias negociações entre Artigas e Alvear, no sentido de entregar Montevideu a Artigas, não tiveram resultado, a não ser depois que Rivera infligiu às forças de Buenos Aires pesada derrota em Guayabos. Finalmente, a 26 de Fevereiro de 1815, as tropas fieis a Artigas tomavam conta da cidade de Montevideu, ficando sob a autoridade de Artigas não só a banda oriental mas também Entre Tíos, Santa Fé, Corrientes, Córdoba e as Missões.

Alvear havia ascendido à Presidência do Directório. Mas, entre outras razões, devido à força contrária representada por Artigas, Alvear viu-se obrigado a ceder a referida Presidência, ao mesmo tempo que recrudescia a luta pela forma de governo que deveria reger os destinos do Prata. A divergência fundamental era a que resultava dos diferenda entre as províncias — inclinadas a uma grande descentralização — e Buenos Aires — tentando a centralização, sem força para a impor.

A rebeldia de Artigas, o seu poder e os problemas que, por isso, estava criando, levaram os agentes de Buenos Aires a solicitar nova intervenção portuguesa, única forma de manter a ordem e de tirar o país do caos em que havia caído.

Em 9 de Julho de 1816, reune-se em Tucumán um congresso das Províncias Unidas o qual se apressou a declarar, antes de mais, a independência das colónias do Prata, em relação à Espanha; Artigas, nem por si nem em nome das cinco Províncias que lhe obedeciam (Missões, Córdoba, Santa Fé, Entre Rios e Corrientes), não se fêz representar.

Manuel Garcia, em nome de Buenos Aires, havia sido enviado ao Rio afim de negociar a intervenção portuguesa, operação que Alvear desejava se efectuasse com a maior brevidade, pois não encontravam outra forma de dominar Artigas.

A 21 de Maio de 1816, o Corpo Expedicionário português, sob o comando do General Frederico Lecor, embarcava na Praia Grande (Rio), a caminho do Uruguai, após haver desfilado perante toda a Corte e Marechal Beresford. O falecimento da Rainha D.ª Maria I havia retardado o embarque por algum tempo.

Em Agosto de 1816, as tropas portuguesas, bem preparadas e disciplinadas — em parte compostas de elementos que haviam batido os soldados de Napoleão —, entravam em território oriental em vários pontos e, depois de uma brilhante operação relâmpago, reduziam as forças de Artigas à impotência.

Com pleno apoio do Cabildo, que era adversário aos desígnios de Artigas, o General Carlos Lecor podia ocupar Montevideu, a 20 de Janeiro de 1817.

12 — Os Cabildos foram, nas colónias espanholas, a manifestação da vontade popular e, sendo em geral elementos importantes do governo colonial, manifestaram-se muitas vezes como força suficiente para os derrotar, sendo praticamente impossível desrespeitar as suas decisões, especialmente quando tomadas em Cabildo aberto. Os portugueses, tanto em Colónia como em Montevideu, não tiveram com os Cabildos problemas de monta, o que chegaria para demonstrar os métodos que norteavam Portugal, mesmo em caso de ocupação militar.

13 — Nos exércitos de Artigas militavam Rivera, Lavalleja, Oribe, etc., personalidades que, especialmente após a retirada dos portugueses, deviam desempenhar papéis decisivos na tragédia da condução dos destinos dos orientais, combatendo-se mutuamente, pouco mais que por rivalidades pessoais.

Após a ocupação de Montevideu por Lecor, Artigas sustentou ainda, durante algum tempo, uma luta de guerrilhas, aliás sem resultado, produzindo, pelo contrário, o

esgotamento das suas forças. Lavalleja é feito prisioneiro e levado ao Rio [4]. O resto das tropas de Artigas, após uma rápida surtida no Brasil, é obrigado a retirar-se a Tacuarembó e a dar ali batalha às tropas portuguesas, que lhe infligiram a derrota mais completa (1819). Foi a ultima verdadeira batalha em que Artigas tomou parte. A sua vida política e militar havia terminado em Tacuarembó.

Artigas atravessa de novo o Uruguai e tenta regressar às províncias argentinas que lhe haviam obedecido. Porém, agora, derrotado militarmente, nem essas províncias o aceitavam. Abandonado e vencido, viu-se na necessidade de pedir a proteção de Francia ditador no Paraguai, seu aliado durante os tempos em que Artigas se mantivera no Ayuí, após a primeira intervenção portuguesa em território oriental. Em 23 de Setembro de 1820, Artigas iniciava o seu exílio, que seria vitalício, pois não voltaria do Paraguai, onde faleceu a 23 de Setembro de 1850, senão quando, em 1856, os seus restos mortais foram trasladados a Montevideu, ao mesmo tempo que sobre a sua sepultura o governo do Presidente António Pereira mandava gravar: «Artigas, Fundador de la Nacionalidad Oriental». Estava imortalizado, e, de ora em diante, o nome de Artigas seria ensinado às crianças uruguaias ao mesmo tempo que os doces nomes de pai e mãe.

14 — Depressa se pacificou todo o território, levando Rivera, que ainda fazia guerra de guerrilhas, a depor as armas e a colaborar com a administração portuguesa. Tanto a Rivera como a Lavalleja (já regressado do Rio), Oribe, Laguna e muitos outros oficiais de Artigas, foram dados postos no exército e na administração portuguesa, além de títulos, mantendo-se-lhes a categoria e privilégios correspondentes. Esta política produziu os melhores resultados e, aliada à prática de casamentos entre as tropas portuguesas e jovens uruguaias, conseguiu-se uma situação de calma e ordem raras vezes atingidas em casos análogos. Quaisquer que sejam os desejos de exagerar a má vontade de alguns elementos contra os portugueses,incluindo as actividades dos «Caballeros Orientales», pode dizer-se que a ocupação portuguesa foi olhada pelos orientais com tanta simpatia quanto seria de desejar. A activa colaboração das mencionadas personalidades com o governo português não deixa ao observador imparcial qualquer dúvida quanto à acção benéfica desenvolvida por Portugal no Uruguai, nem quanto à honestidade dos métodos empregados para restituir à ordem uma Província que, sobretudo desde 1812, não conhecia mais que a insegurança, a ilegalidade, a revolta permanente, o caos. Ademais, era tradicional a simpatia que o gaucho, elemento fundamental da campina uruguaia, nutria por Portugal, mesmo durante a dominação espanhola. É o insuspeito Pablo Blanco Acevedo que diz «Los gauchos heredaron ese odio implacable (o dos Charrúas) al espanol y cuando hicieron su aparición por vez primera en el escenario de los hechos del siglo XVIII, aliáronse a Portugal para pelear contra Espanã».

---

[4] Lavalleja foi tratado no Rio com as maiores deferências, permitindo-se- lhe viver com toda a sua família, inclusivamente uma irmã solteira. No Rio tiveram os Lavalleja uma filha, da qual foi padrinho o Conde de Viana, filho do Governador do Rio Grande e responsável pela intervenção em território oriental.

15 — Em 1821 facultou-se aos orientais a votação de um Congresso, destinado a decidir as questões de política interna do Estado ou Província Cisplatina.

E pouco depois de instalado o Congresso, logo a 16 de Julho, foram submetidas a debate as questões de saber se conviria ao Uruguai constituir-se em Estado independente, ou unir-se a Portugal, ou ainda a outro Estado, tendo prevalecido a opinião de que a modalidade que convinha, devido à fraca densidade populacional e à exiguidade dos meios de defesa contra inimigos potenciais, era a da união com Portugal (v., no final do texto, apêndice I), a «Incorporación del Estado Cis-Platino al Reyno Unido de Portugal, Brasil e Algarves», acta do congresso donde constam os argumentos que levaram os seus membros a votar por aclamação a união com Portugal).

A união foi proclamada em 31 de Julho de 1821.

Alguns historiógrafos fazem hoje finca-pé na pretensa falta de liberdade que teria acompanhado a eleição do Congresso Cisplatino, atribuindo-se a Lecor a pressão no sentido de serem eleitos os indivíduos que ele desejava. Porém, as personalidades que compunham o Congresso Cisplatino (Larranãga, Rivera, etc.) não se haviam mostrado nem se mostraram no futuro dispostos a influências desse tipo, o que bastaria para destruir a asserção anterior. Oxalá os trabalhos de investigação séria que o senhor Aristo Fernández está empreendendo, no Brasil e em Portugal, venham, como espero, destruir completamente asserções devidas a influências estrangeiras, nomeadamente espanholas (através de sacerdotes que têm contribuído muito para a propagação de certas teses contrárias aos interesses portugueses e, segundo creio, à verdade histórica).

E tudo leva a crer que, se não fosse a independência do Brasil, que imediatamente se seguiu, e a atitude, a meu ver, precipitada, do general Lecor, o Uruguai continuaria unido, com vantagem, a Portugal, até adquirir madurez política que justificasse a sua organização em Estado independente. O facto de os orientais serem poucos e não serem possuidores de uma verdadeira consciência nacional, mesmo em 1828, foi causa de todos os atropelos, desastres, rivalidades e insegurança que caracterizaram a vida do Uruguai desde o seu nascimento como Estado soberano, até começos do século actual (domínio de Batlle y Ordoñez).

16 — Iniciado o movimento de independência do Brasil, alguns orientais manifestaram imediatamente desejo análogo; porém, o episódio não chegou a ter gravidade. No entanto, é esta, creio bem, a primeira manifestação oriental de carácter já nitidamente nacionalista.

Entre as forças portuguesas começa a criar-se uma divisão motivada pelos desejos de uns, no sentido de o Estado Cisplatino dever ser considerado ligado ao Brasil, e de outros, defendendo o *status quo* — união com Portugal. Lecor toma o partido do Brasil; Álvaro da Costa o de Portugal. A cisão manifestada entre as forças expedicionárias portuguesas atingiu tais proporções que Lecor tenta submeter Álvaro da Costa, mas não o conseguiu; pelo contrário, vendo-se em situação precária, ameaçado de rendição por Álvaro da Costa, Lecor retirou-se para o interior, ficando Álvaro da Costa senhor de Montevideu. Lisboa declara Lecor traidor (26 de Setembro de 1822).

Os orientais, perante a situação criada, começam a definir posições, continuando fieis às tropas leais a quase totalidade de antigos colaboradores, com excepção de Rivera, incluindo a própria sociedade dos «Caballeros Orientales»; quer dizer, os elementos patrióticos apoiavam a união com Portugal, prontificando-se a defender Montevideu contra Lecor que, com os correligionários e elementos recrutados à força no interior, procurava fazer vingar as suas aspirações, cercando a capital (20 de Janeiro de 1823). Todo este ano de 1823 o passou Lecor sitiando Montevideu, aliás sem conseguir render as forças leais a D.João VI.

Na iminência de uma prolongada guerra entre as duas facções, brasileira e portuguesa, e da intervenção de Buenos Aires, numa altura em que ainda se discutia a natureza político-jurídica das relações entre o Brasil e Portugal, o Governo português ordenou a Álvaro de Costa entrasse em negociações com Lecor e regressasse à Pátria, com instruções para que a praça de Montevideu fosse entregue ao Cabildo.

As negociações não foram fáceis, tendo Álvaro da Costa e o Barão da Laguna (Lecor) chegado, finalmente, a um acordo (convenção de 19 de Novembro de 1823), mas sem garantia para o Cabildo de que a praça de Montevideu não seria ocupada por Lecor — para evitar que Lecor a ocupara, o Cabildo, após a revolta deste general, havia mesmo decidido solicitar o auxílio de Buenos Aires, o que era do conhecimento de Álvaro da Costa .

Por sua vez, o comandante das forças leais ia mantendo o Cabildo informado do andamento das negociações com Lecor, naquilo que dizia respeito ao Cabildo. Assim, em 29 de Outubro de 1823, Álvaro da Costa informava o Cabildo de que não poderia garantir a promessa anterior de lhe entregar a praça de Montevideu. Em 6 de Novembro, o Cabildo protestava energicamente contra as negociações realizadas (v., em anexo II, o texto integral do ofício do Cabildo para Álvaro da Costa).

Um Cabildo que tem a coragem de lavrar um protesto desta natureza, nas condições em que o fêz, não pode ser apodado de aprovar tudo e só o que o Governo português desejava [5].

Em 21 de Novembro, Álvaro da Costa informava o Cabildo de que, no dia 19, havia concluído as negociações com Lecor e explicava as razões que o fizeram renunciar à promessa anterior de entregar as chaves da Praça de Montevideu ao Cabildo. Informa-o de que a praça será desarmada e indicam-se os dias e lugares onde as armas devem ser depositadas, licenciando-se as milícias. Nega-se ao Cabildo a faculdade que este se arrogava de poder falar em nome do Estado Cisplatino, como autoridade soberana do mesmo (cf., em anexo III, a carta deÁlvaro da Costa para Cabildo, datada de 21 de Novembro de 1823): este ponto era importante em face das ameaças contidas na parte final do ofício do Cabildo, de 6 do mesmo mês. Deixava-se, pois, Lecor em condições de entrar em Montevideu, completamente desarmada, quando os portugueses abandonassem o país.

---

[5] O Cabildo em 1823 e princípios de 1824 era formado por: Felipe Cantucci; Félix Más de Ayala; José de Artecona Salazar; Santiago Sains de la Maza; Ildefonso García; Ramón Masini; Apolinario Gayoso; José Raymundo Guerra e Francisco Solano de Antuña (secretário). Este Cabildo havia sido eleito por voto popular.

Em 26 de Fevereiro de 1824, Álvaro da Costa, na iminência do embarque para Portugal, escreve ao Cabildo, agradecendo os serviços prestados e rendendo os maiores elogios ao povo uruguaio (v., em anexo IV, a carta de 26 de Fevereiro de 1824).

Apesar das sérias desavenças que recentemente haviam existido entre o Cabildo e Álvaro da Costa, por causa do teor do acordo concluído com Lecor, o Ayuntamiento de Montevideu, na hora em que os Portugueses se retiravam, e quando seria de esperar tudo menos deferências, envia ao chefe português cativante e significativo ofício, revelador do profundo desgosto com que viam partir os soldados a quem haviam devido o restabelecimento da ordem no Estado, e cuja partida fazia antolhar nova fase de lutas e de anarquia (cf., em anexo V, o ofício do Cabildo para Álvaro da Costa, data de 27 de Fevereiro de 1824).

No dia 27 de Fevereiro de 1824, Álvaro da Costa despede-se pessoalmente de todas as corporações de Montevideu, cujos chefes se haviam reunido para esse efeito na sala capitular. E embarca com as suas tropas, em Maldonado, a caminho da Pátria.

Retirados os Portugueses, a Província Oriental volta a ser teatro de novas guerras e de repetida intervenção argentina, como havia acontecido em 1812.

17 — A 2 de Março, Lecor entra em Montevideu.

Logo que findaram as negociações entre Álvaro da Costa e Lecor, o Cabildo de Montevideu passou a corresponder-se também com Lecor, com referência aos assuntos que lhe diziam respeito. Lecor havia endereçado ao Cabildo uma carta prometendo a maior justiça e protestando as mais nobres intenções, aliás, de harmonia com as obrigações aceites na convenção de 19 de Novembro. Em 24 de Janeiro, Lecor envia ao Cabildo um exemplar do Projecto de constituição para o Estado Cisplatino; o Cabildo limitou-se a acusar recepção e a comunicar que tal projecto seria estudado cuidadosamente.

Apesar de todas as promessas anteriores, e de Álvaro da Costa haver dado passaporte para Buenos Aires aos elementos mais irredutíveis quanto à aceitação de Lecor, a entrada deste em Montevideu provocou imediatamente reacções contrárias. Em 9 de Março, o Cabildo comunicava já a Lecor a renúncia do Alcaide de 1° voto. E, em 24 do mesmo mês, 23 dias apenas após a entrada de Lecor na cidade, o Cabildo, em ofício, faz ver a Lecor o descontentamento geral causado pelas medidas repressivas que estava tomando e pedia permissão para que uma deputação do Cabildo fosse junto do Imperador expor os seus problemas.

A precepitação de Lecor e a forma como conduziu os negócios após o seu retorno ao governo do Uruguai foi causa de novas guerras em território oriental, vindo a ser bem efémera e pouco gloriosa a união do Uruguai com o Brasil.

Depois de sofrerem tremenda derrota em Sarandí e, mais tarde — após a intervenção directa de Buenos Aires —, em Ituzaingó, além de outras humilhações, os brasileiros, já invadidos no seu próprio território pelas tropas pessoais de Rivera, não conseguiram descortinar melhor vantagem que a de renunciar definitivamente ao Uruguai, aceitando os termos da mediação inglesa, no sentido de garantir um Estado

uruguaio, independente e soberano. Esta solução julva-a o Imperador impossível pouco tempo antes.

18 — A maoiria dos orientais que haviam tomado partido por Portugal na defesa de Montevideu refugiou-se em Buenos Aires, iniciando dali a luta contra o Brasil, no intuito de conseguirem a formação de um Estado soberano, se possível, ou de integrar o Uruguai nas Províncias Unidas do Prata, se necessário. Lavalleja, Oribe, com mais 31 companheiros, alguns portugueses, desembarcaram em território oriental, a 19 de Abril de 1825, iniciando, sob o lema «Liberdade ou morte», uma vitoriosa cruzada contra a ocupação brasileira. Estes patriotas, que se haviam sentido bem durante a união com portugal, não quiseram suportar a união com o Brasil, desencadeando-lhe guerra de vida ou de morte. É este o famoso *grupo dos 33*, verdadeiros fundadores da nacionalidade uruguaia.

Rivera, que havia continuando ao serviço do Brasil, ao encontrar-se com os seus companheiros de armas, tomou a causa de Lavalleja e, daí em diante, estes dois generais, apesar da rivalidade existente entre ambos, não descansariam até obter a formação do Estado uruguaio. Os triunfos dos orientais foram tão rápidos que, em 25 de Agosto de 1825, na vila de Florida (onde, a 24 de junho, Lavalleja havia instalado o seu governo provisório), podiam reunir-se já representantes das várias cidades e vilas do Uruguai, jurando a seguinte proclamação: «Decláranse írritos, nulos y disueltos para siempre, todos los actos de incorporación, reconocimientos, aclamaciones y juramentos arrancados a los pueblos de la Pronvincia Oriental por los poderes de Portugal y Brasil desde el año 17, reasumiendo, en consecuencia, la Provincia Oriental, la plenitud de sus derechos, libertades y prerrogativas inherentes a los demás pueblos de la tierra, declarándose de hecho y de derecho libre o impependiente del rey de Portugal y del emperador del Brasil y de cualquier otro del Universo y con amplio y pleno poder de darse la forma de gobierno que en uso y ejercicio de la soberanía estime conveniente».

A constituição do governo provisório em Florida alarmou Lecor que se apressou a pedir mais auxílios ao Brasil, cujas tropas invadiram o Uruguai em várias direcções.

Buenos Aires que, até à vitória de Sarandí, se havia mantido na espectativa, apressou-se, agora, a tomar posição directa no conflito e, em 1 de Dezembro de 1825, o Governador de Buenos Aires declarava o Estado Oriental incorporado nas Pronvíncias Unidas, preparando-se para a guerra contra o Brasil. O Brasil respondeu também com a declaração de guerra, que só havia de terminar com a independência do Uruguai, em 1828.

19 — O acordo entre o Brasil e a Argentina, fazendo as pazes e declarando o Uruguai Estado soberano, foi concluído sem participação dos representantes orientais, que nem sequer eram devidamente informados do andamento das negociações, vendo-se, assim, convertidos em Nação independente por arbítrio exterior.

O Imperador, em face da aventura triunfal de Rivera — por iniciativa pessoal apenas —, invadindo as Missões em território brasileiro, e perante a série de problemas que faziam perigar a unidade do próprio Império, convencido da impossibilidade de

incluir o Uruguai nos seus domínios, decidiu-se a aceitar o plano do mediador inglês, Lord Ponsomby, e quem se deve a essência da Convenção de 27 de Agosto de 1828. Tanto o Brasil como a Argentina se obrigavam a garantir a independência do Uruguai nos próximos cinco anos. Criava-se, desta forma, um Estado tampão, condenado definitivamente à independência, por virtude dos interesses das Províncias Unidas e do Brasil.

20 — Em 1824, a retirada de Álvaro da Costa fazia perder à União Portuguesa um membro — o Uruguai —; no entanto, Portugal continuava com a amizade do povo oriental.

O Brasil, ao invés, com a sua actuação, desde 1822, e apesar de lhe haver concedido a soberania, em 1828, passava a ser olhado com animosidade por parte dos uruguaios que nunca lhe perdoariam os seus desígnios e as lutas que de novo sangraram as terras cisplatinas. E, assim como ainda perdura a simpatia por Portugal — sem nunca olvidarem que não entregámos Montevideu ao Cabildo mas sim, na prática, a Lecor, deixando-o em condições de entrar na praça logo que os Portugueses partissem —, também permanece a inimizade pelo Brasil, sentimento que, infelizmente, é bem forte. Na verdade, creio bem que o Uruguai tem o maior interesse em manter com o Brasil as mais estreitas relações e, consequentemente, caminhar na direcção de um completo aproveitamento da riqueza nacional.

Montevideu, Junho de 1956
Carlos Fernandes

Anexo I

Incorporacion del Estado CIS-PLATINO al Reyno Unido de PORTUGAL, BRASIL y ALGARVES [6].

En la Cuidad Capital de Montevideo à diez y ocho de Julio de mil ochocientos veinte y uno: Haviéndose reunido el Honorable Congreso en su Sala de Sesiones mandó traer à la vista un ofício del Señor Baron de la Laguna, que se recibió ayer y esta inserto en el acta de ese día; y despues de leido se propuso por el Señor Presidente como el punto principal para que había sido reunido este Congreso: si segun el presente estado de las circunstancias del pais, convendría la incorporacion de esta Província à la Monarquia Portuguesa, y sobre que bases ó condiciones; ó si por el contrario le sería mas ventajoso constituirse independiente, ó unirse à cualquiera otro gobierno, en cuando el terrritorio las tropas de S.M.F. Cuya proposicion admitida à discusion, tomó la voz el Señor Bianqui, y dijo: «La Provincia Oriental, es preciso que se constituya Nacion Independiente, ó que incorpore à otra que esté constituida: esta es la única alternativa que le dejan les circunstencias; veáse, pues, si Montevideo y su Campaña puede constituirse en Nacion, y sostener su Independencia; ó si no puede, cual es aquella à que podrá incorporarse con más ventajas, y con menos peligro.

Hacer de esta Provincia un Estado, es una cosa que parece imposible en lo político: para ser Nacion, no basta querer serlo; es preciso tener medios con que sostener la Indepencia. En el pais no hay poblacion, recursos, ni elementos para gobernarse en orden y sosiego; para evitar los transtornos de la guerra civil: para defender el territorio de una fuerza enemiga que lo invada,y hacerse respetar de las Naciones. Una Soberania en este estado de debilidad, no puede infundir la menor confianza; se seguiría la emigracion de los capitalistas, y volvería à ser lo que fué, el teatro de la anarquía, y la presa de un ambicioso atrevido, sin otra ley, que la satisfacción de sus pasiones.

Hay algun hombre que dese ver à su Patria en tan triste situacion? Luego es evidente que la Banda Oriental no pudiendo ser actualmente nacion debe constituirse parte de otro Estado, capaz de sostenerla en paz y seguridad. Buenos Aires en medio de sus guerras civiles, no puede llenar estos obgetos: mucho menos el Entre-Rios, y tampoco la España, porque su dominacion tiene contra sí el voto de los Pueblos, y porque en su actual estado ni puede socorrerla, ni evitar que esta Provincia fuera el teatro sangriento de la guerra de todas las demas que han proclamado su Independencia; no queda, pues, otro recurso, que la incorporacion à la Monarquía Portuguesa, bajo una Constitucion liberal. De este modo se libra à la Provincia de la mas funesta de todas las esclavitudes, que es la de la anarquía. Viviremos en órden bajo un poder respetable, seguirá nuestro Comercio, sostenido por los progresos de la pastura: los hacendados recogerán el fruto de los trabajos emprehendidos en sus haciendas para repararse de los pasados quebrantos, y los hombres díscolos que se preparen à utilizar del desorden, y satisfacer sus resentimientos de la sangre de sus Compatriotas, se aplicarán al trabajo, ó tendrán que sufrir el rigor de las Leyes, y en cualquiera casos que prepare el tiempo, ó el torrente irresistible de los sucessos, se hallará la Provincia rica, pobleada,y en estado de sostener el órden, que es la base de la felicidad pública. El Señor Alagon contestó: Estos son los sentimientos de todo mi pueblo, y asi me lo han especialmente encargado.

El Señor Llambí dijo: En la alternativa que se nos presenta elegir, una resolucion poco circunspecta ó meditada con abstraccion de las circunstancias políticas de la Provincia, debe sumergirnos en un caos de desgracias, y envolvernos en las diferentes aspiraciones de cada una de las facciones de que se compone el pais. En el momento mismo en que el territorio fuese evacuado tendremos tal vez sobre nosotros las fuerzas del Entre-Rios para dominarnos, ó sacar de nosotros las ventajas que le proporcione el país en le guerra que tiene pendiente contra Buenos-Aires. Cuando quisieramos observar una perfecta neutralidad, mirar por nuestros intereses propios, suponiéndonos todos conformes y unanimes; à este obgeto, como poderíamos resistir à la fuerza que a sus órdener tiene el Gefe de aquella Provincia? Si nos consideramos tan virtuosos que cada uno pueda desprederse de los resentimientos personales que han ocasionado la revolucion; de los diferentes motivos que deben impulsarnos segun nuestras idéas y comportacion en el tiempo anterior; con todo no podremos evitar, y ser vitimas de las pretenciones del Entre-Rios sobre Buenos-Aires; y en aquella suposicion evidentemente falsa, é inaccequible nuestros deseos serían tan esteriles como todos los de un pueblo indefenso.

---

[6] Todos los documentos concernientes á este asunto serán inmediatamente publicados por la prensa.

Si hemos visto que las Provincias del interior à pesar de la Independencia de ellas han sido atacadas, y tal vez obligadas à tomar el partido de aquel que con la fuerza llegó una vez é dominarlas, qué motivo habrá para dudar de estas probabilidades?

Abandonados à nosotros mismos, vamos à fomentar el zelo de las Provincias limítrofes: cada una de ellas debe ponerse à la espectativa del partido à que nos inclinamos, y cualquiera que sea nuestra moderacion, cualquiera los principios que adoptemos, ni estaremos Libres de las desconfianze de estos, ni tan poco seguros de que ellos no aspiran à hacernos tomar un partido mas decidido por una ú otra. En este caso, cuáles són las ventajas que podremos proponernos? Si la guerra es el mayor mal de un país; si desgraciadamente nosotros lo hemos experimentado demasiado: si vemos destruida tal vez mas de la mitade de su poblacion, aniquiladas nuestras riquezas, destruidas las haciendes, y careciendo aun del alimento mas abundante de la Provincia, necesitaremos analizar sus efectos para comprehender los males que nos deban suceder?

En la explanacion de estos pormenores encontraremos nosotros resuelta cualquiera difilcultad que se presente hoy à la consideracion del Honorable Congreso.

Re dicho que habíamos perdido la mitad de nuestra poblacion; y à este hecho que ninguna puede poner en duda, se sigue que hemos perdido tambien el poco armamento que teníamos; que estamos sin rentas, y el Comercio casi en su último grado. A este estado hemos llegado sin que podamos culparnos de haber sido nosotros la causa ó el origen. Sin tales recursos es evidentemente cierto que estamos reducidos à una nulidad completa para disponer de nuestros destinos. Un Gobierno independente, pues, entre nosotros, sería tan insubsistente como lo es el del que no puede, ni tiene los medios necesarios para sentar las primeras bases de su estabilidad. Pero si aspirásemos à incorporarnos à la España encontraremos ademas del choque de partidos entre nosotros mismos, unos recursos que se presentan à dos mil leguas de distancia, que no nos libertan de los males indicados; que nos precipitan à la guerra desde el momento en que lo pensemos; y finalmente, que nos obligan las armas unos contra otros. Si nos inclinamos à Buenos Aires es muy probable se resista à admitirnos, supuesto que las demas Provincias tienen fijos los ojos sobre ella, atribuyéndole aspiraciones à un mando absoluto, que esta razon le hacen la guerra, y à nosotros mismos nos supondrían unidos à esos principios. Si nos unímos al Entre-Rios, ademas de la poca importancia de esta Provincia, tambien ella nos obligaría à contribuir à sostener sus intereses por la guerra que actualmente tiene. A cualquiera que vuelvo la vista me veo amenazado de los efectos de esta; y si à todos se les presenta con el horroroso aspecto que à mí, ningun mal deberemos temer tanto como él. De hecho, nuestro país está en poder de las tropas Portuguesas; nosotros ni podemos, ni tenemos medios de avitarlo. Catro años y mas han transcursado, y al fin de ellos cualquiera resolucion que sea la muestra el primero que pueda contar con cincuenta hombres, podrá desbaratar los mejores proyectos, y las mejores idéas. El aventurarnos a estas contingencias sería una imprudencia, de que siempre responderíamos à los Pueblos: desde que nos suponemos dueños y árbitros de nuestros destinos, à nadie podríamos culpar de no haber calculado sobre nuestra impotencia; y entonces, nos salvarían cualquiera consideraciones dirigidas por otro principio que el bien del país segun su presente estado? El Señor Larranaga dijo: Nosotros nos hallamos en un estado de abandono: desamparados de la España desde el año catorce, à pesar de los decididos esfuerzos de muchos habitantes de esta Provincia: Buenos Aires nos abandonó, y todas las demas Provincias hicieron otro tanto: la Banda Oriental sola ha sostenido una guerra muy superior à sus fuerzas; cualquiera convenio anterior, cualquiera liga, ó cualquiera pacto, está enteramente disuelto por esta sola razon. En el triste estado à que hemos sido redudidos colocados entre dos extremos diametralmente opuestos de nuestra ruina, ó de nuestra dicha; de nuestra ignominia, ó de nuestra gloria; todas nuestras consideraciones no se pueden dirigir à otra cosa que à consultar nuestro futuro bien estar. El dulce nombre de Patria debe enternecermos; pero el patriota no es aquel que invoca su nombre, sino el que aspira à librarla de los males que la amenazan. Hemos visto invocado este sagrado nombre por diferentes facciones que han destruido y aniquilado el país; despues de diez años de revolucion, estamos muy distantes del punto de que hemos salido. A nosotros nos toca ahora conservar los restos de ese aniquilamiento casi general; si lo consequiésemos seremos unos verdaderos patriotas. La guerra ha sido llevada hasta los umbrales mismos de Buenos-Aires, y su campañas se talan; nosotros no podemos esperar otra suerte, desde que colocados en medio de ellas, sin recursos, tubiésemos necesidad ó de repeler por defendernos de un enemigo, ó de ofender por sostener nuestros derechos. Si pues, por el abandono en que hemos quedado, nuestro deber nos llama hoy à consultar los intereses públicos de la Provincia, solo esta consideracin debe guiarmos; porque en los extremos la salud de la Patria es la única y mas poderosa ley de

nuestros operaciones. Alejemos la guerra: disfrutemos de la paz, y tranquilidad que es el único sendero que debe conducirnos al bien público: consideremos este territorio como un Estado separado que debe unirse, conservándole sus Leyes, sus fueros, sus privilegios y sus autoridades:pidamos la demarcacion de sus límites segun estaba cuando fué ocupado por las tropas Portuguesas: sean sus naturales ó vecinos los que deban optar à los empleos de la Provincia: sean ellos sus únicos Jueces por quienes sus habitantes han de sostener y defender sus derechos: aspiremos à la libertad del Comercio, industria, y pastura: procuremos evitar todo gravamen de contribuciones; y finalmente acordemos cuanto creamos más útil y necesario para conseguir la libertad civil, la seguridad individual, y la de las propiedades del vecindario. —Entonces por una aclamacion general, los Señores Diputados dijeron: Este es el único medio de salvar la Provincia; y en el presente estado à ninguno pueden ocultársele las ventajas que se seguirán de la incorporación bajo las condiciones que aseguren la libertad civil de su vecindario. Por lo mismo, sin comprometer el caracter que representamos, tampoco podemos pensar de otro modo. En este modo declarándose suficientemente discutido el punto, acordaron la necesidad de incorporar esta Provincia al Reyno Unido de Portugal, Brasil e Algarves, Constituconal, y bajo las precisas circunstancias de que sean admitidas las condiciones que se propondrán y acordarán por el mismo Congreso en sus últimas Sesiones como bases principales, y esenciales de este Acto que se reservará hasta que con aquellas se propongan à la Autoridad que corresponda. Asi lo acordaron y firmaron los Señores Diputados por ante mí el infrascrito Secretário.— Juan José Durán, Presidente— Dámaso Antonio Larrañaga, Diputado por Montevideo.— Tomás Garcia de Zúniga, Diputado por Montevideo.—Fructuoso Rivera, Diputado por Extramuros.— Lorete de Gomensoro. Diputado por Mercedes. —José Vicente Gallegos Diputado por Soriano.— Manuel Lago, Diputado por Cerro Largos. —Luis Perez, Diputado por San José. — Mateo Vissillac, Síndico Diputado por Colonia. —José de Alagon, Diputado de la Colonia.— Gerónimo Pio Bianqui, Síndico Procurador, y Diputado por Montevideo.— Romualdo Ximeno, Diputado de Maldonado. —Alejandro Chucarro, Diputado de Canelones.— Salvador Garcia, Diputado por Guadalupe. —Francisco Llambí, Diputado por Extramuros, Secretario.

En Montevideo à treinta y uno de Julio de mil ochocientes veinte y uno: el Senõr Presidente, y demas Diputados de los Pueblos del Estado Cis- Platino (alias Oriental), en representacion de los habitantes de él: y el Señor Baron de la Laguna, à nombre y en representacion de S.M.F., y en virtud de las facultades especiales que le son conferidas para este Acto, declaramos, que habiendo pesado las críticas circunstancias en que se halla el país, y consultado los verdaderos intereses de los Pueblos y de las familias: hemos acordado, y por el presente conveninos en que la Provincia Oriental del Río de la Plata, se úna ó incorpore al Reyno Unido de Portugal, Brasil y Algarves Constitucional, bajo la imprescindible obligacion de que se les respeten, cumplan, observen, y hagan observar las bases siguientes:

PRIMERA. Este territorio debe considerarse como un Estado diverso de los demas del Reyno Unido, bajo el nombre de Cis-Platino (alias) Oriental.

SEGUNDA. Los límites de él serán hos mismos que tenía y se le reconocían al principio de la revolucion: que son, por el Lest el Occéano: por el Sud el Rio de la Plata: por el Oest el Uruguay: por el Nort el Río Quarain hasta la cuchilla de Santa Ana, que divide el Rio de Santa María, y por esta parte el arroyo Taquarembó Grande, siguiento à las puntas del Yaguaron, entre en Laguna del Miní, y pasa por puntal de San Miguel à tomar el Chuí que entra en el Occéano; sin perjuicio de la declaracion que el Soberano Congreso Nacional com audiencia de nuestros Diputados, dé sobre él derecho que pueda competer à este Estado, à los campos comprehendidos en la última demarcacion practicada en tiempo del Gobierno Espanhol.

TERCERA. Gozará del mismo rango que los demas de la Monarquía, y tendrá desde ahora su representacion en el Congreso Nacional, conformándose no obstante à los principios que establezca la Constitucion del Estado.

CUARTA. Se conservarán y respetarán por ahora nuestras Leyes en cuanto no se opongan à la Constitucion general.

QUINTA. Se conservarán y guardarán todos los privilegios, exempciones, fueros, costumbres, títulos, preeminencias y prerrogativas que gocen por fuero y derecho todos los Pueblos, todas las autoridades constituidas, todas las familias, y todoslos individuos de la Provincia.

SEXTA. Se sostendrán las Autoridades Civiles en independencia de las Militares, y estas no podrán mezolarse en los negocios ó assunto que por ley correspondan à aquellas; y los habitantes particulares de la Provincia solo podrán ser juzgados por los Jueces Civiles.

SETIMA. El Comercio, industria, y agricultura serán exentos de toda traba, conforme à los principios de las Naciones liberales.

OCTAVA. Luego que se verigique la incorporacion, todos los cargos concegiles y empleos de la Provincia excepto por ahora la Capitanía Geral, serán conferidos à los naturales ó habitantes casados ó avecindados en ella.

NOVENA. Por ningun motivo se impondrán contribuciones extraordinarias.

DECIMA. Ningun habitante del país podrá ser compelido al servicio veterano de mar ó tierra por levas, quintas, ó en otra cualquiera forma; à excepcion de vagos o mal entretenidos.

UNDECIMA. Las milicias que se forman en el territorio no será obligadas à salir de sus respectivos Departamentos, sino cuando lo exija la tranquilidad pública, ó en el caso de invasion de este Estado, y bajo de ningun pretesto fuera de los límites de él.

DUODECIMA. Mientras no se determine la forma de arreglar los derechos por el Congreso General de la Nacion, no podrá hacerse alteracion alguna sino como hasta aquí, en junta general de Real Hacienda, oyéndose à los Cabildos, y con asistencia del Síndico General de los Pueblos que deberán nombrarse con las atribuciones correspondientes.

DECIMATERCIA. Los gastos de la Administracion Civil serán pagados con preferencia, no obstante que pueda aplicarse el remanente de las Rentas de este Estado para el pago de las guarniciones precisas; debiendo abonarse los demas gastos á que aquellas so sufraguen para la manutencion del Egército como hasta aquí, por el Banco del Rio Janeyro, ó en el modo que determine la Nacion, mientras que le sea preciso una fuerza mayor para conservar el territorio.

DECIMACUARTA. Se aceptan las Bases de Constitucion acordadas por el Congreso General de la Nacion en el presente año, como que afianzan la libertad civil, seguridad individual, y la de las propiedades, con las reformas ó adicciones que determine el Congreso General luego que esté completa la Representacion de la América.

DECIMAQUINTA. No tendrán lugar en el país las reformas que se acuerden para a Europa, sobre religiosos y monacales en razon del corto número de ellos, y necesidad de Ministros; y para la reforma de algunos abusos Eclesiáticos se encargará el cumplimiento de los capítulos segundo y tercero de la Sesion veinte y cuatro de Reformatione del Tridentino.

DECIMASECTA. Este territorio no serpá parte de algun otro Obispado, sino que deberá haber un Gefe espiritual en la forma que se acuerde entre S.M.F. y su Santidad: entretanto continuará como hasta ahora un delegado del governador del Obispado.

DECIMASETIMA. Los vecinos no serán gravados con alojamientos, sino por el término de tres dias en tiempo de paz.

DECIMAOCTAVA. Todas las Autoridades, inclusos los Capitanes Generales al recibirse del mando prestarán juramento de cumplir y hacer cumplir las antecedentes Condiciones; y serán responsables no solo de las infracciones sino de su omision en reclamarlas de calquiera que lo intenste.

DECIMANOVENA. Continuará en el mando de este Estado el Senor Baron de la Laguna.

VIGESIMA. Entre tanto no se ponga en practica ó se publique la Constitucion general del Reyno, se nombra por por el Congreso un Síndico Procurador del Estado para reclamar por si, ó à solicitud de alguna Autoridad ó vecino que interpele su ministerio, con documentos ó pruebas justificativas, cualquiera violacion de las condiciones propuestas en el modo y forma siguientes. Primera: El Síndico reclamará de las Autoridades, y ante la misma Capitanía General por tres veces, cualquiera violacion; y si no se reparase ocurrirá al Rey, ó al Congreso Soberano. Segunda: Por cualquiera reclamacion que en esta forma hiciere su persona será inviolable. Tercera: Intervendrá con el Gobierno ó Autoridades, en la reforma ó reglamentos generales. Cuarta: En los casos de impedimento ó enfermedad le suplicará el Síndico de la Capital ó en su defecto el más imediato de los Cabildos.

VIGESIMAPRIMERA. Será de cargo del Gobierno transar cualquiera reclamacion que haga algun otro Poder sobre este territorio, sin que pueda disponer de su suerte sin su conocimiento, y expresa voluntad.

Conviniendo no obstante en admitir las adicciones puestas por el Señor Baron de la Laguna que son las siguientes.«Debiendo procederse constitucionalmente à la elececion de Diputados à las Cortes Generales, luego que S.M. haya sido imformada de este Acto de incorporacion à la Monarquía Portuguesa Constitucional».

A la 17 — «Tendrá su cumplimiento luego que puedan proporcionarse cuarteles fijos para las guarniciones interiores, ó por los mismos Pueblos, ó por las Rentas del Estado». Por el tiempo necesario à hallanar las difilcultades que presentemente hacen demorar su cumplimiento; y se obligan por su parte los Diputados de los Pueblos á nombre de ellos, y el Señor Baron de la Laguna, en representacion de S.M.F., y por facultades especiales à este obgeto, à observar religiosamente el cumplimiente de lo pactado, y llenar los deberes que les impone este Acto cumpliendo, y haciendo cumplir su contenido sin contravenir en lo sucesivo directa ó indirectamente a su expreso y literal sentido; en fé de lo cual firmaron el presente. — Baron de la Laguna —. Juan José Durán, Presidente. — Dámaso Antonio Larrañga, Diputado por Montevideo-Fructuoso Rivera, Diputado por Extramuros-Tomas Garcia de Zúñiga, Diputado por Montevideo-Gerónimo Pio Bianqui, Síndico Procurador General y Diputado por Montevideo-José Vicente Gallegos, Diputad por Soriano-Loreto de Gomensoro, Diputado por Mercedes-Alexandre Chucarro, Diputado por Guadalupe-Romualdo Ximero, Difustado por Maldonado-Salvador García, Difutado por Canelones- Francisco Llambí, Diputado por Extramuros y Secretario. [7].

En cinco de Agosto de mil ochocientos veinte y uno comparecieron todas las Autoridades y empleados civiles de esta Capital de Montevideo, y despues de haber prestado el H. Congreso, por ante el Señor Baron de la Laguna, el Juramento de obedecer, cumplir, y hacer cumplir las bases publicadas por el Congresso General de la Nacion Portuguesa en el presente saño, y las condiciones acordadas por Diputados de los Pueblos del Estado, lo recibió el Señor Presidente del Congreso al Señor General de respetar, cumplir, y hacer cumplir las condiciones propuestas y convenidas con el Congreso; dándolo seguidamente en la forma arriba explicada, todas las Autoridades, y demas empleados, por ante el dicho Señor Baron de la Laguna, de que certifico. Llambí, Diputado Secretario.

Dn. Juan Jose Duran Cavallero Comendador de la orden de Cristo, Brigadier de los R.[s] Exercitos y Governador Intend.[te] Politico Int.[o] de esta Prov[a].

Por quanto el congreso extraordinario de los Representantes de esta Prov.[a] oriental del Rio de la Plata, despues de una seria deliveracion ha decretado la yncorporacion de este Territorio al Reino Unido constitucional de Portugal, Bracil y Algarves, vajo las vases y condiciones que aseguran la dignidad dela Prov.[a] la tranquilidad publica, la livertad lelos ciudadanos y la seguridad de sus propiedades: cuyas condiciones acertadas por el Illmo. y Illmo. Sor. Baron dela Laguna Cap.[n] Gral. en representacion de su M.F. y juradas solegnem.[te] por el muy Honorable Congreso p.[r] el exp.[do] Sor. Cap.[n] Gral. y por todas las autoridades Civiles, Eclesiasticas y Militares deesta Capital Son del tenor Sig.[te].

Aqui lo acordado

Por tanto como Gefe Politico de este Estado ordeno y mando a todas las Autoridades Civiles guarden, cumplan y hagan guardar y cumplir todo lo contenido en las Presentes Actas de su corporacion q.[e] se sircularan opurtunam.te p.[a] q.[e] se publiquem y fixen entodos los Pueblos a fin de q.[e] llege a noticia de los estantes y avitantes en el territorio de su estado. Fecho en Mont[o] a 14 de Ag.to de 1821.

Juan Jose Duran.

Por mand.[to] Ses.Ex.[a].

Fern.[do] Ign.[o] Marquez.

Ess.[no] PP.[co] y de Gov.no.

Certifico, y doy fé: que hoy dia dela fha.y por vos del negro Antonioq.[e] hizo oficio depregonero, se publico en los parages acostumbrados el bando que antecede, acuio acto assitió uno delos ayudantes deplaza,

---

[7] Las condiciones adiccionales sobre armas y escaparela militar del Estado Cisplatino se publicarán con los otros documentos.

con el competente numero de tropa, musica, pitos, yttambores. Y para q.[e] conste lo signo yfirmo en Montevideo a caocorcede Agosto demil ochtientos veinte y uno.

Fern.[do] Ingn.° Marquez.

Ess.[no] PP.[co] y de Gov.[no].

Anexo.2

Al Illmo. y Exmo. Sor D. Alvaro da Costa, haciendole reflexiones sobre los males que irroga al Pais con la transacion que está ajustando con el Baron de la Laguna, y pretextandole sobre sus resultados-Data 6 del presente.

N. 67 Noviembre

Illmo y Exmo Sor — Por el honorable oficio de VE de 29 de oct.[e] pp.[do] en que este Cabildo de 27 y 28, motibados por el de V.E del 25, queda este Cabildo penetrado de que sin embargo de que V.E. «está dispuesto à manter la tranquilidad publica, y cumplir las R.[s]. Ordens de S.M.F. sobre salvar esta Cap.l de los compromisos pasados» se desentiende de las que se refieren à la entrega de la Plaza al Cabildo de esta Capital «y que siendo la guerra civil la que exigió la venida del Egercito portugues à este territorio, habría V.E de fomentarla ahora admitiendo ó favoreciendo la entrada de una fuerza armada de un tercer Gobierno vecino cual es el de Buenos ayres, cuando por el sosiego de la Campaña parece (á VE) que esta sigue una causa diferente de la Capital»; añadiendo «que aun no está sancionado ser Naciones diversas el Brasil de Portugal». Hasta el recibo de la ultima comunicacion de V.E. el Cabildo tenia muy en vista que en otra de cuatro de enero de este año «le felicitaba V.E. por la extraordinaria representacion que el Pueblo le había dado, y que le ofrecía la coadyubacion del poder militar para todos los casos que el bien de la justicia y la seguridad publica lo exîgiesen». Tenia tambien en vista que en otro oficio de 14 de enero de este mismo año, había expresado V.E. « que contaba eon que en breve recibiria la facultad de entregar el Gobierno en manos de este Cabildo, siendo esto lo que mas deseaba, asi como promover la felicidad de toda la familia oriental; y que no extrañaria V.E., que el Cabildo sin mudar de instituciones trabajase como hallare ser mas util à la Provincia, en la certidumbre de que V.E. trataba de retirarse, y que deseaba que el Cabildo hiciese triunfar los derechos irrefragables de estos Pueblos»; y tenia por ultimo bien presente, que cuando V.E. recibió un oficio del Baron de la Laguna datado en el Canelon à 5 de setiembre ultimo, convocó al Sor Alcalde de 2.° voto y al Sindico Procurador de Ciudad, para que previniesen à este Cabildo, que estaba en tiempo de tomar cuantas medidas conviniesen à la seguridad de la Plaza, en inteligencia de que V.E. iba à embarcarse con la Divison entregando las llaves de la Ciudad al Cabildo: que en consequencia se hizo una diputacion à V.E. pidiendo aquella declaracion escrita, para que este Cuerpo pudiese acreditar su independencia ante el Gobierno de Buenos-ayres: y que V.E. contextó, que no tendria dificultad en darla, si aquel Gobierno manifestaba ser necesaria para obrar activamente en nuestro favor. Con tales antecedentes era que el Cabildo Representante de Montevideo y los suburvios no podia creer que V.E. tranzase y diese entrada à las tropas imperiales en esta Plaza, cuando para el regreso de la Division à Europa habia otros medios mas decorosos y mas seguros que adoptar; y ni era posible que en otro concepto huviese esta poblacion tomado una parte activa en las diferencias ocurridas entre la Division de V.[s] R.[s] y su Gefe el Baron de la Laguna, declarado por traidor en el R.l decreto fho en Lisboa à 26 de Setiembre de 1822, ni que huviese sufrido tantos sacrificios y tantas clases de privaciones por una causa, q.[e] entonces le era extraña, y que ahora ya no lo es, ni puede serlo, al mismo tiempo que le produce la correspondencia mas cruel é inesperada. El sosiego de la Campaña es un efecto de la opresion en que se encuentra, y del desvelo con que esta Corporacion ha procurado contenerla hasta aqui, aguardando mejor oportunidad y en precaucion de esa anarquia, que si es temida fundadamente por V.E. con el arribo de tropas de tropas de las Provincias vecinas, es tanto mas inevitable cuando la Campaña se persuada de que no recibe los prometidos auxîlios exteriores, y que à sus solas fuerzas está consignada su salvacion; cuya empresa es moralmente imposible que abandone, ni que sea dudable à cualquiera que esté al Cabo de los daños que han recibido de nuestros fronterizos estos habitantes, y de la odiosidad con que consiguientemente consideran esta usurpacion del territorio V.E. procede ó vá proceder por

ordenes de S.M.F. que halla insertas en un diario enemigo, y que por tanto no pueden merecer la menor autenticidad, al paso que prescinde de las que fueron dirtecta y expresamente remitidas al Gefe de la Division de V.ˢ R.ˢ, para que en cualquier caso de evacuar ella esta Plaza, se depositase en la unica Autoridad del País, segun la Carta Regia que original conserva este Cabildo.-V.E. quiere arreglarse à las ordenes que en abril de 1821 dió el Rey, para que «en caso de incorporarse esta Provincia à la Monarquia Portuguesa fuese guarnecida por tropas europeas y brasileras»; pero no advierte que la incorporacion, del mismo año se efectuó de tal modo y con tales circunstancias, que la hicieron inadmisible: que esto se prueba en el hecho de no sostenerla V.E. con el de intentar el embarque de sus tropas; y que aunque se concediera subsistente aquella, y no mediase la retirada de las fuerzas europeas, tampoco podrian egecutarse una ordenes expedidas, cuando el Brasil permanecia unido à Portugal y Algarves, y que debieron considerarse necesariamente nulas despues de la insurreccion de aquel; à lo menos en la parte que suponen la intima union de los tres Reynos para ser cumplidas.- Finalmente la duda que .V.E. propone y que arriba se ha mencionao, en cuando à si son diversas Naciones el Brasil y Portugal, podria muy bien quedar resuelta con fijarse en las banderas, con que una y otra se distinguen, y con observar que el Gobierno del Brasil desecha toda proposicion del de Portugal, que no tenga por base el reconocim.ᵗᵒ de la independencia absoluta del Imperio del Brasil; pero no es del resorte del Cabildo entrar en estas cuestiones ni en la si en los tratados que se celebren con el Baron de la Laguna producirán ciertamente obgeto que .V.E. se propone, y es à lo que se advierte regresar con la Division de V.ˢ R.ˢ à Europa. Al cabildo corresponde no tolerar en silencio el despojo que se trata de hacer à este Pueblo de los Derechos que el Rey de Portugal le ha concedido en su carta Regia citada por la pacifica posesion de esta Capital: y de los que posteriorm.ᵗᵉ se ha adquirido para con V.E., el Rey y la Nacion Portuguesa, sosteniendo aqui à sus tropas y haciendo causa comun con ellas, de tal modo, que sin esta decision habria peligrado su exîstencia; y asi es que faltaria à los deberes de su representacion y conciencia, si permitiese disponer de la suerte de sus representados, à V.E., que ningun derecho puede tener à ello, ni para mas, que dejarlos abandonados à si mismos; pero nunca para entregarlos à sus enemigos, por grande que fuese el interes que en esto tuviesen las tropas de su mundo. Por tanto el Cabildo Representante de Montevideo y los suburvios protexta contra V.E. y para ante quien hubiera lugar los resultados de las negociaciones, que V.E. ha iniciado, y que en adelante promueva con el Baron de la Laguna, ó el que lo substituya à la cabeza de las fuerzas imperiales en la parte que se refieran à esta Plaza y su vecindario; y declara: que en virtud de su representacion y facultades se ha puesto la Provincia, y con especialidad esta Capital bajo la proteccion del Gobierno y Provincia de Buenos ayres, por quien se harán, como y cuando convenga las reclamaciones convenientes, y efectiva, la responsavilidad de V.E. por la contravencion de las Regias ordenes citadas. Dios gue à V.E. muchos años Sala Capitular de Montevideo noviembro 6. de 1823 M.P-P.J. de B-P.V-F. de las C-S.B-J.M.P-R.C- J.F.G- Illmo y Exmo S.or Brigadier Gefe Superior D. Alvaro da Costa.

Anexo 3

Del Illmo y Exmo Sor Brigadier D. Alvaro da Costa partidipando a este Cabildo quedan concluidas las negoiaciones con el Baron dela Laguna, y q.ᵉ este havia rechazado formalm.ᵗᵉ la proposicion de entregar las llaves de la Ciudad a este Cad.ᵈᵒ, a su salida-Data 21.

N. 68

Illmo y Exmo Sor-Habiendo yo indicado à V.E. en mi oficio de II del corriente que en las negociaciones pendientes con el Gral de las fuerzas

Imperiales del Brasil, había puesto en observancia las Regias disposiciones de S.M. el Rey y Sor D.Juan 6.ºdeclarandole que antes de mi salida de esta Plaza en confirmidad de las antiguas ordenes, entregaria las llaves à V.E: voy ahora á informar a V.E. que aquel General rechazó formalmente esta proposicion; y reflexionando yo que por una insistencia de miparte por mas tiempo en aquella pretension, comprometida la egecucion de otros articulos ya ajustados, no menos honrosos para las tropas de mi mando, que utiles à la tranquilidad y bien estar de estos habitantes: al mismo tiempo que aventurar tales convenciones publicas por las antiguas ordenes de S.M., esa falta á las ultimas instrucciones pacificas del mismo augusto Señor, para entablarse con los Gefes brasileros contrarios convenciones conciliatorias en que se evitase el derramamiento de sangre de parte à parte,

se olvidasen ofensas, y se dispusiesen las tropas de Portugal à regresar à aquel Reyno: me decidí finalmente à obrar en este sentido por espírito de obediencia, y contenplacion áno concurrir à prolongar los males de la guerra que ha afligido à este Pueblo ya muy extenuado con los padecimientos anteriores: y en el día 19 del corriente mes se concluyó una convencion ajustada entre mí y el sobre dicho General, en virtud de la cual deben cesar por mar y tierra todas las hostilidades y quedar abierto el Puerto y la Campaña para el Comercio, precedidas algunas condiciones transitorias, sin que en tiempo algun las Autoridades civiles y militares locales, y en general los habitantes de este País que han estado bajo la proteccion, autoridad y armas de S.M. el Rey puedan ser jamas molestados en sus personas y bienes por sus pasadas acciones ú opiniones políticas: ni expuestas à la anarquía, y furor de los partidos en el momento del embarque y salida de esta Division como podría suceder, ó ya el entrar à discrecion las tropas brasileras del mando del General Baron de la Laguna puede por tanto V.E. estar seguro de que tales males no afligirán éstos habitantes, y que el orden sera mantenido de uma Jotra parte e respetados todos los vecinos sin excepcion: y como han cesado los motibos por que se les distribuyeron armas como plazas del Escuadron de Caballeria ó de milicias y civicos, para estar sobre ellas à la par de los V.^sR.^s del Rey, separandose de sus ocupaciones, familias, agricultura y trafico ordinario, es del respectivo interese comun, à mas de ser uno de los articulos de la convencion que siendo licenciadas todas las referidas plazas, puedan volver à emplearse como antes en lo que mas les convenga dispensados del servicio militar, cuya fatiga quedará enteramente al cargo de los Cuerpos de la Division de V.^sR.^s del Rey en esta Plaza, y sus inmediaciones desde el día 23 del corriente.- Quiera pues por tanto V.E. hacer constar al Cuerpo Civico de que esa Exma Corporacion es Gefe, que se considere licenciado sin límite de tiempo, y que se deben restituir al Arsenal de esta Plaza sus armas y fornituras que de allí se recibieron, asi como la cartucheria exîstente de cargo al mismo Cuerpo Civico desde su organizacion hasta la presente; y todo será recogido en el referido Arsenal en los días 24 y 25 del corriente mes. Tambien voy á determinar que hasta el día 27 se pratique lo mismo con el Escuadron de la citada Caballeria, y de las milicias que serán ;igualmente licenciadas. Habiendo yo hasta aqui (aunque siguiendo el orden ínverso de la materias) hablado de la indicacion pral que hice a V.E. en mi oficio de 11 de este mes, en respuesta al que V.E. me dirigió el dia 6 del mismo, relatibamente à otra mi comunicacion de 29 de octubre pp.^{do} amplificando la de 25 del propio mes; no puedo dejar, por honor mio, de mostrar la inconsistencia de los fundamentos que V.E. adopta en su otro ultimo oficio de este mes, en que pretende probar que yo he instigado, ó à lo menos protegido à esa Exma Municipalidad para abrogarse poderes de la Soberanía de la Provincia, intentado apoyarla dobladamente en la Carta Regia de nov.^e de 1817 y en la representacion que à V.E. confirieron las elecciones populares en que fué nombrado para este año ese Ayuntamiento Exmo; y es de mi deber exclarecer alternatibadamente estos puntos de la cuestion.- La carta regia mencionada contemplaba à V.E. en aquella época como cabeza civil de toda la Provincia, por que para su nombramiento todas concurrian; y por tanto no puede ser aplicable ahora à la representacion popular de V.E. circunscrita à esta Ciudad y vecinos de extramuros en su eleccion. Ademas de esto V.E. alega las expresiones de pura civilidad de mi oficio de congratulacion de 4 de enero pp.^{do} como aprobacion de su consideracion oficial: dejesa V.E. en silencio toda la solidez de la doctrina del Cuerpo de mi oficio de 5 del mismo mes, en que desapruebo el proyeto ó expediente que expontaneamente tomó de crear una junta de Gobierno, y se sirve solamente de las expresiones tambien de urbanidad con que concluyo aquela comunicacion. V.E. aprovecha otras semejantes frases en la insinuacion de 5 de septiembre ult.^o; pero si V.E. huviese recordado la materia de mis oficios de 5, 8, 11, 13, 14, y 25 de enero, 27 de marzo de este año, V.E. encontrará en todos ellos mi constante oposicion en consentir que V.E. se diese atribuciones de primera Autoridad independiente en el País: y en su propia respuesta de 9 de abril, respectibamente à la advertencia que en el citado 27 de marzo hice à V.E. de no competirle el proclamar à los Pueblos, V.E. reconoce la circunspeccion, con que para lo futuro debía proceder en esta materia: lo que no es compatible con el expediente, que sin mas derechos, y con menos medios anuncia ahora V.E. al fin de su oficio de 6 de este mes, en nombre de toda esta Provincia, poniendose bajo la proteccion de otro Gobierno, lo que produciría los males indicados en mi oficio de 29 de oct.^e referido contra las disposiciones beneficas de S.M. el Rey y S.or D.Juan 6.^o, en cuja conformidad debo proceder. V.E. se convencerá pues que todos los empeños tomados por mi con las tropas de S.M. en cooperacion con estos dignos habitantes de Montevideo, han sido con el obgeto de promover el bien, y conformes al espíritu del Gobierno vigente en Portugal, del modo que me corresponde como Gefe portugues en estos Lugares; principalmente cuando en todos casos debo evitar en cuanto pueda los estragos de una guerra prolongada, y la lucha desigual en la Provincia, debiendo ahorrar

compromisos à esta Capital, por cuya felicidad siempre haré los mas ardientes votos; y en cuanto estuviere presente emplearé en su favor todos los esfuerzos y sacrificios que estuviesen à mi alcance, y que la prudencia exigiese- D. Alvaro da Costa de Sousa de Macedo- Exmo Cabildo Justicia y Regimiento de esta Ciudad.

Anexo 4

Del Illmo y Exmo S.or Brigadier D.Alvaro da Costa despidiendose del Cabildo y Pueblo por si y à nombre de la Division de V.^{s}R.^{s}-26.

N. 12

Illmo y Exmo. S.or Llegado el momento mucho tiempo esperado de que la Division de V.^{s} R.^{s} del Rey debe embarcarse para Portugal, llega igualmente la epoca en que yó y ella manifestamos por ultima vez à V.E. como Cuerpo Municipal de la Capital del Estado Cis-Platino, que el modo con que las tropas de S.M.F. en 20 de jenero de 1817 fueron recividas por los Habitantes de esta Ciudad y de los lugares de su transito, el recuerdo del aprecio y reciproca armonia que entre todos à reinado principalmente desde el año de 1821 (venturosa epoca de su union à la Monarquia) aunque consequencia necesaria del buen caracterde un Pueblo generoso en union con Tropas disciplinadas; nos ha llenado de adhesion y perpetuo reconocim.^{to} — Me es ciertamente muy satisfactorio el metodo con que V.E. como representante de un pueblo digno de los mayores elogios se ha conducido en diferentes ocasiones respecto à la Division de V.R., avivando los nobles sentimientos de sus havitantes, à que concurriesen para las indispensables urgencias de las Tropas y Armada Real, en las criticas circunstancias en que se han hallado: y. como estoy de satisfacer à tan reiterados empeños y finezas, y corresponder en cuanto esté de mi parte; procuraré por deber y gratitud tener la honra de relatar respetuosamente en la augusta Presencia de S.M. El Rey N.S., los distinguidos servicios y noble franquesa de un Pueblo que tanto ha merecido su Real consideracion - Cierto entre tanto de que ese Exmo Ayuntamiento se penetrará de la pureza de mis sentimientos que son los mismos de que se halla posehida la Division de V.^{s} R.^{s}, y los cuales se servirá manifestarlos generalmente; ruego à V.E. acepte mis mas expresivos agredecimientos, por la eficaz coadyubacion que me ha prestado; sin pasar en silencio los auxilios importantes que en todos tiempos han encontrado las fuerzas de S.M., por parte de los honrados havitantes de Montevideo, acrehedores repito à nuestra inestinguible gratitud. Persuadase finalmente V.E. que todos constantemente haremos sinceros votos por la properidad de este Estado-Dios gue à V.E. Montevideo 26 de febrero de 1824- D.Alvaro da Costa de Sousa de Macedo-Illmo y Exmo Cab.do de esta Capital.

Anexo 5

Al Ill y Exmo Sor Brigadier D. Alvaro da Costa contestando este Cabildo à su despedida de 26 del corriente data 27...

N.º 12

Ill.mo y Exmo Sor - legado el momento de embarcarse de regreso para Europa la Division de V.^{s} R.^{s} del Rey, no sabe el Cabildo de Montevideo decidir si podia ella gloriarse mas en el pezar que demuestra el Pueblo por su ausencia, que en los continuados triunfos que le han dado su valor y disciplina à la faz de toda Europa en la guerra Peninsular, y en la que se vió forzada à emprender para arrancar à esta à esta Provincia del Poder de la anarquia que la deborava en el año de 1816. - V.E. se empeña en manifestar su gratutud y la de la Division hácia estos habitantes en su muy honorable comunicacion de el dia de ayer; y ciertamente que solo un êxceso de cortesania parece que podria haber hecho olvidar à V.E. de las virtudes de estas tropas, para moverlo à ponderar una hospitalidad y confianza que jamas podria ser justamente digna de estos guerreros. Mas no el cabildo de Montevideo, no el vecindario, no todo este Estado, sino la fama, y la mas tierna memoria de estas tropas serán las que hagan su mayor elogio, para que à los pies del tromo de S.M. El Rey Sor D. Juan 6.º, no pueda llevarse

mejor recomendacion que haber tenido la honra de pertencer à la Division de V.[s] R.[s] del Rey. En este concepto, parta V.E. conduciendo esta Division à recoger los laureles que ha ganado: parta V.E. y ellos acompañados de nuestra mas grata memoria; y sea la mejor demostracion de la felicidad que les desea este Pueblo las lagrimas de ternura que generalmente vierte al verse separado de tan honrados Portugues es, cuyas virtudes lo habian obligado à darles los dulces titulos de compañeros y hermanos - Dios gue à V.E. m.a.. Sala Capitular de Montevideo febrero 27 de 1824 - JC - J de A.S -S.S. de la U - J.G - R.U. - E.G. - Illmo y Exmo Sor Brigadier D. Alvaro da Costa Comandante en Gefe de la Division de V.[s] R.[s] del Rey.

FONTES

1.º Arquivo do Cabildo de Montevideu.

2.º *Estudos Históricos* — Pablo Blanco Acevedo. Montevideu, 1956.

3.º *Formación Constitucional Rioplatense*, 3 vols. — Alberto Demichelli. Montevideu, 1955.

4.º *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* — Jean Baptiste Debret — 3.ª edição. S. Paulo, 1954.

5.º *História de la Républica O.del Uruguay* por Pablo Blanco Acevedo. VIII edición 1955.

6.º *História Nacional* desde el Coloniaje hasta 1915 por Eduardo Acevedo. Edición donada por su autor para el estudio de la historis en los institutos normales1933.

7.º *Misiones Diplomáticas sobre Límites*, Introducción a su Estudio (1494-1828) por Alberto Reyes Thévenet. Monteviseu, 1955.

8.º *La penetración Luso-Brasileña en el Uruguay* por Carlos Carbajal 1950.

9.º *História de Colonia del Sacramento* — 1680-1828 — por Luis Enrique Azarola Gil — edición de Montevideo destinada a los estudiantes de Enseñanza Secundaria.

10.º *El Congreso Cisplatino* (1821) por Juan E. Pivel Devoto, publicado en la Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, tomo XII.

11.º *Diario de Bruno de Zabala sobre su Expedición a Montevideo*. Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay. 1950. Barreiro y Ramos S. A. Montevideo.

12.º *Evolución Histórica del Uruguay* por Alberto Zum Felde.

13.º *O Tenente-General Conde de Avilez* pelo general F. S. de Lacerda Machado.

14.º *História do Brasil* por José Francisco da Rocha Pombo.

15.º *História de Portugal*, edição de Barcelos, comemorativa dos Centenários, dirigida pelo Prof. Doutor Damião Peres.